

PROGRAMA DE GOVERNO: “VALENÇA MERECE O MELHOR”

Valença é um município que se encontra entre os 28 mais ricos do estado da Bahia, com um Produto Interno Bruto (PIB) no valor de R\$ 1.576.913.151,00 ficando à frente de 389 municípios entre os 417 do estado.

Com 1.123,9 km², Valença destaca-se como o maior município do Território de Identidade Baixo Sul, em extensão territorial, com uma população de 85.655 habitantes (IBGE,2022). As atividades econômicas no setor primário colocam o município valenciano em 27º lugar no ranking do PIB agropecuário estadual.

O ambiente da gestão pública está em constante tensão. De um lado equilibram-se responsabilidades, princípios e normas, enquanto do outro pesam os riscos, pressões e despesas para que a equipe eleita possa fazer o melhor para o desenvolvimento do município.

Contemporaneamente deve-se conduzir todo o processo da gestão pública pautada na busca de resultados, tendo uma preocupação constante com a avaliação de desempenho. Nesse sentido há uma procura de aprimoramento no planejamento das ações direcionadas ao atendimento aos munícipes.

Partindo-se do princípio de melhor planejar as ações da gestão municipal de Valença para os próximos quatro anos (2025 – 2028), na busca da eficiência, eficácia e efetividade e, melhor atender as demandas da população, iremos fazer uma reorganização administrativa da estrutura de gestão, reestruturação dos segmentos social, econômico e ambiental do município. Esta medida visa realizar uma gestão com um planejamento realista e dentro das demandas dos munícipes, como também oportunizar a participação da sociedade e de todo o *staff* da estrutura político-administrativa do executivo municipal.

O Plano de Governo Municipal é um instrumento de planejamento em que se estabelece as diretrizes e as medidas que serão tomadas nesta gestão. Esta ação governamental parte de um diagnóstico amplo dos principais problemas do município que estão divididos em cinco eixos temáticos: Desenvolvimento de Políticas Sociais, Desenvolvimento Econômico e Produtivo, Gestão Pública Participativa e Governança Municipal, Desenvolvimento Contemporâneo e Sustentável e, Meio Ambiente e Cidadania. Estes terão o envolvimento de todas as Unidades de Gestão (Secretarias), contendo ações a serem concretizadas ao longo do quadriênio em curto, médio e longo prazo. Portanto, são propostas concretas e viáveis para solução das demandas da sociedade valenciana, visando e seu desenvolvimento economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável.

Este Plano apresenta as principais propostas de governo do Candidato a Prefeito Hilton Couceiros de Matos e Vice Prefeito José Sousa da Hora Filho, pela chapa denominada “VALENÇA MERECE O MELHOR” para o período da administração municipal de 2025 a 2028.

As ações foram programadas seguindo o princípio participativo dos munícipes por meio de consulta popular e do envolvimento dos membros das Associações de Bairros e Produtores Rurais, onde apresentaram as suas demandas. Diante disso e do que estabelece a Organização das Nações Unidas (ONU) “... classifica esta década (2021-2030) como o período de ação necessário para estabelecermos cidades e vilas sustentáveis para um futuro mais igualitário, inclusivo e sustentável”

Assim seguem as propostas do Plano de Governo seguindo o ordenamento dos eixos temáticos estabelecidos.

1 DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas sociais são políticas públicas voltadas para a oferta de bens e serviços básicos à população, compreendendo aqui as áreas da educação, saúde, desenvolvimento social, segurança cidadã, inclusão social, defesa dos direitos humanos, cultura, juventude, esporte e lazer.

1.1 EDUCAÇÃO

A área da educação municipal necessita de intervenções sistemáticas visando uma melhoria global nos processos afins, tais como:

- a) **analfabetismo** - efetivar políticas públicas voltadas para o processo de alfabetização de crianças, jovens e adultos que resultem na elevação do índice da taxa de alfabetização da população e redução drástica da presença de analfabetos entre a população urbana e rural. Isso será possível com:
 - realização de um diagnóstico sócio educacional da realidade do analfabetismo no município;
 - seleção de profissionais efetivos e contratação de novos para atuarem na alfabetização de crianças, jovens e adultos nas diversas escolas da rede de ensino;
 - capacitação permanente dos profissionais selecionados para atuarem com competência no processo de alfabetização;
 - concessão de material de apoio pedagógico e tecnológico para uso docente e discente.
- b) **educação integral** - reordenar a Rede Municipal de Ensino Regular para ofertar educação integral aos estudantes de escolas previamente selecionadas por meio da Elaboração de um Plano de Trabalho de ajustes da rede, visando a oferta de um processo de educação integral em espaços educacionais ou escolares para isso há necessidade de:
 - adequação da infraestrutura dos espaços físicos das unidades escolares e investimentos na formação de recursos humanos que garanta a implementação plena da educação integral;
 - promoção de cursos profissionalizantes para jovens, adultos e idosos a fim da redução na evasão escolar, capacitando o público para o mercado de trabalho que favoreça a efetiva inclusão social e produtiva;
 - busca de parcerias voltadas para o fortalecimento das políticas públicas educacionais e direcionadas para o combate ao abuso e exploração sexual, ofertando suporte educacional e psicológico a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade;
 - viabilizar a formação continuada para os profissionais de Educação, docentes e não docentes da rede de ensino, oferecendo cursos de aperfeiçoamento e qualificação;
 - valorização dos profissionais da educação com a análise e revisão dos Planos de Cargos e Salários, utilizando como regra a meritocracia, que terá como finalidade o alcance de metas estabelecidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
 - melhoria da qualidade do ensino na busca da equidade na Rede Municipal de Ensino, independente das condições: social, econômica, étnico-racial e cultural da população;
 - viabilização de meios que permitam o atendimento do texto da Legislação vigente, no que se refere à educação inclusiva (tecnologias assistivas), assegurando os direitos à educação das pessoas (crianças, jovens e adultos) com deficiência e necessidades educacionais especiais;
 - oferecimento de acessibilidade tecnológica para discentes e docentes da Rede Municipal de Ensino com a informatização dos processos;
 - ampliação do Sistema Educacional Cívico Militar na Rede Municipal de Ensino em especial nas áreas de populações sujeitas à risco social;
 - ampliação da oferta de vagas para Educação Básica de qualidade e integrada à contemporaneidade;
 - melhoria da nutrição dos discentes da rede municipal de ensino, por meio da oferta de merenda escolar de qualidade durante o período letivo, com a participação de nutricionistas;
 - identificação a partir de análises da viabilidade, para implantação a de bibliotecas físicas e virtuais, bem como a, a instalação de equipamentos de práticas esportivas e

artístico culturais nas Unidades Escolares;

- implementação das políticas de acessibilidade no que se refere a estrutura física das unidades escolares;
- construção e ou reforma de espaços físicos, ampliando e assegurando a manutenção de creches e escolas, para o atendimento aos discentes da rede municipal;
- realização do georreferenciamento integral das unidades escolares e rotas, para a regularização do transporte escolar, bem como a aquisição e recuperação de veículos destinados a este serviço.

1.2 SAÚDE

O município possui um serviço deficiente de saúde básica e complementar para a população, se torna premente que sejam tomadas medidas com o propósito de ofertar um serviço de qualidade e digno para os valencianos, assim é preciso que se viabilize o acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) às consultas e exames/procedimentos especializados, em conformidade com os princípios de equidade e integralidade. Para que isso venha acontecer se torna imperativo que:

- a) **processo de regulação** - modernizar o processo regulatório nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidade de Saúde da Família (USF), visando a melhoria do acesso dos usuários do SUS aos serviços de média e alta complexidade e:
 - requalificar o serviço da Central de Regulação do município;
 - fortalecer o serviço do Tratamento Fora do Domicílio (TFD), buscando mecanismos que possam ao logo da gestão reduzir ao máximo esse tipo de serviço;
- b) **logística da saúde** – efetuar a tomada de providências no que se refere as ferramentas logísticas necessárias para a garantia do acesso à assistência mais indicada no atendimento do paciente, para isso é necessário:
 - a aquisição de veículos automóveis e ambulâncias tipo A, no sentido da implementação de transferências intermunicipais de pacientes de maneira humanizada e responsável;
- c) **qualidade dos serviços** – ofertar cursos de qualificação de servidores públicos da Secretaria de Saúde visando o aprimoramento nos serviços disponibilizados os munícipes e:
 - agilidade na operacionalização dos serviços por meio da aquisição de materiais e equipamentos necessários para compor as Unidades de Saúde, viabilizando a oferta dos serviços com qualidade;
- d) **infraestrutura de atendimento** – melhorar a rede física de atendimento através da elaboração de projetos direcionados para a construção, reforma e ampliação de Unidades de atendimento dos Centros de Atenção Psicossocial, tipos CAPS II e CAPS III visando a otimização do espaço físico e atendimento ao público;
- e) **serviços especializados** – viabilizar o acesso aos serviços de saúde especializados, disponibilizados de forma adequada, em conformidade com os princípios de equidade e integralidade além de:
 - ampliação do acesso da população aos serviços de Atenção Especializada Ambulatorial e Domiciliar, viabilizando maior qualidade de atendimento aos usuários do SUS;
 - viabilizar a implantação do Programa Saúde na Escola para o atendimento de estudantes em especial nas especialidades de odontologia, otorrinolaringologia e oftalmologia;
- f) **serviços odontológicos** - promover meios que permitam a implantação de um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO);
- g) **vigilância sanitária** – implementar esta importante ação por meio do cumprimento da legislação e as atribuições do segmento de Inspeção Sanitária para que se evite danos à saúde da população e:
 - promoção de ações direcionadas para a orientação, esclarecimentos e conscientização da população sobre a necessidade de fiscalização e a importância para a saúde integral

- das pessoas;
- viabilização de mecanismos que promovam a garantia na conservação e armazenamento dos alimentos processados e / ou estocados nos estabelecimentos;
 - realização dos procedimentos de coleta e análise das amostras da água para pesquisa de resíduos de agrotóxicos;
 - realizar através da Gerência Municipal da Vigilância Sanitária (GEMVIS) um diagnóstico das atividades artesanais da produção de carnes defumadas, camarões secos, polpas e doces, visando acompanhar e orientar tecnicamente os processos;
- h) **coberturas vacinais** – incrementar a imunização da população com o propósito da busca constante do aumento dos percentuais de coberturas vacinais, visando a redução de surtos, fortalecendo com ampliação as ações de imunização de rotina e campanhas;
- i) **vigilância epidemiológica** - implantar um Laboratório Municipal de Análise Clínicas, com a finalidade do incremento da oferta e redução do tempo entre a solicitação e a coleta de exames diagnósticos laboratoriais;
- j) **serviço de zoonoses** – planejar adequadamente a implantação e operacionalização do Centro Municipal de Controle de Zoonoses e:
- criação e instalação do Centro de acolhimento e bem estar animal, para o recolhimento de animais abandonados em vias públicas visando tratá-los direcionamento para adoção;
- k) **vigilância em saúde do trabalhador** - promover ações de prevenção em saúde do trabalhador nos segmentos públicos, produtivos e econômicos;
- l) **atenção básica** - viabilizar a otimização do atendimento à população no que se refere à assistência de saúde, através da rede de Atenção Primária a Saúde, assegurando o cuidado integral e humanizado em todo ciclo de vida, pertencentes as áreas cobertas e descobertas de abrangência das USF e Unidade Básica de Saúde (UBS).

1.3 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O processo de desenvolvimento social de Valença é executado por intermédio da Secretaria Municipal da Promoção Social (SEMPRO), pois tem por responsabilidade o planejamento, execução e coordenação dos serviços de assistência social à população, além de administrar os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social e outras verbas destinadas aos programas de assistência social do Município.

O alcance das proposições desse Plano de Governo será viabilizado considerando as ações:

- a) **os recursos humanos** – melhorar a qualificação dos servidores públicos da Promoção Social por meio do desenvolvimento de estratégias voltadas para a melhoria no atendimento dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) através de cursos de capacitação;
- b) **infraestrutura de atendimento** – promover a melhoria da infraestrutura física de atendimento aos munícipes por meio da construção, reforma e modernização de Unidades e:
- viabilizar o pleno funcionamento operacional das Unidades e serviços prestados, por meio de mecanismos tecnológicos avançados e espaços apropriados;
 - implantar Unidades móveis para que sejam otimizados os serviços disponibilizados para a população;
 - adquirir veículos adaptados para que a oferta dos serviços possa alcançar o público em localidades distantes;
- d) **ampliação na oferta de Programas** – viabilizar o incremento dos programas da rede SUAS por intermédio do desenvolvimento de processos que permitam a adesão e implantação dos programas que possibilitem o atendimento à novos usuários;
- e) **população em situação de rua** – contemplar as pessoas em situação de rua por meio da implantação de um Centro de Referência Especializado para População em Situação de

Rua (Centro Pop) ou Abrigo Institucional para Pessoas em Situação de Rua (Abrigo) ou ainda Albergue, visando o amparo dese público alvo;

- f) **política municipal de atendimento à mulher sujeita à violência doméstica** – desenvolver políticas afirmativas direcionada à mulher sujeita à violência doméstica com a criação e implantação de uma Coordenadoria voltada para o atendimento à esse grupo social, com um Núcleo Especializado direcionado às vítimas;
- g) **modernização tecnológica – viabilizar a melhoria no atendimento aos municípios com a realização de ações** voltadas para a aquisição de equipamentos e / ou programas que possam maximizar os resultados operacionais e:
 - capacitar os servidores públicos envolvidos nas operações, visando a melhoria, agilidade e maximização dos resultados;
- h) **Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** – criar mais uma unidade de Conselho Tutelar, visando a ampliação no atendimento da Criança e Adolescente;
- i) **Política Municipal do Direito do Idoso** - desenvolver mecanismos voltados para a proteção integral e garantia de direitos em favor da pessoa idosa, no âmbito das políticas públicas do município;

1.4 SEGURANÇA CIDADÃ

As ações de vigilância e segurança municipal serão operacionalizadas diretamente ou em parcerias, pela Gerência da Guarda Municipal (GGM), órgão vinculado à Secretaria Municipal da Administração (SEMAD).

A proposta para a melhoria nas demandas referentes à segurança pública municipal consta de:

- a) **segurança pública** - promover a criação e implantação de um Programa de Segurança Pública e Justiça Social onde:
 - permita a aquisição de novas viaturas e manutenção adequada das existentes;
 - implantação de uma central de monitoramento e instalação de câmeras nos Órgãos Públicos, via de acesso e centro da cidade;
 - formação do grupo de operações especiais dentro da guarda municipal, com capacitação e educação apropriada na mediação de conflitos;
- b) **parcerias** - firmar parcerias com entidades afins, visando a ampliação do alcance das ações de segurança, demonstrando à população que esta conta com a proteção necessária no território do município;
- c) **serviço de segurança** - ampliar o efetivo da Guarda Civil Municipal para o atendimento às necessidades da população dos povoados e zona rural.

1.5 INCLUSÃO SOCIAL

Esse Plano de Governo traz uma atenção especial para o segmento da inclusão social, pois sempre representou uma parte de extrema importância na estruturação de uma sociedade, porque envolve a definição de normas que promovem a igualdade entre todos os grupos, garantindo seus direitos à educação, saúde, trabalho e outros recursos necessários para suprir suas necessidades. Além disso, visa a erradicação de entraves sociais surgidos com o racismo, desigualdades de gênero, diferenças entre de classes, educação, idade, orientação sexual, religião, preconceito social ou preconceitos raciais e cultural, deficiência física e ou mental, para que se beneficiem de um nível de vida e bem-estar, na sociedade em que vivem.

A nova Gestão Pública, propõe cumprir fielmente a legislação vigente e criando mecanismos próprios de Políticas Públicas Municipais, visando permitir a implementação de ações de inclusão, que tornem possível o combate da segregação social e promovam um ambiente mais harmonioso por meio da democratização dos espaços e serviços. Além de oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos, garantindo que pessoas em risco de pobreza e exclusão social, ou seja, pessoas que estejam à margem da sociedade,

participem plenamente das esferas econômica, social e cultural e se beneficiem de um nível de vida e bem-estar na sociedade em que vivem.

1.6 DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos são todos aqueles direitos que as pessoas têm como fundamentais e de maneira igualitária, sem distinção de raça, cor, sexo, idioma, religião ou condição. Por princípio, esses direitos têm como objetivo garantir a dignidade das pessoas de forma inalienável, ou seja, não são direitos que podem ser restringidos ou retirados, mas sim garantidos.

O programa de governo “VALENÇA MERECE O MELHOR” assume o compromisso de cumprir fielmente o que estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 10 de dezembro de 1948, por meio da Assembleia Geral das Nações Unidas proclamando o marco histórico na busca pela dignidade e igualdade de todas as pessoas.

Concomitantemente também está assegurada, a fidelidade integral do que assegura a legislação brasileira através da Constituição Federal de 1988 e leis complementares de outros níveis de governos.

1.7 CULTURA

O município de Valença tem na sua estrutura de gestão pública a Secretaria Municipal de Cultura com suas atribuições estabelecidas pela Lei 1.950 no seu Artigo 21 em que afirma (...) é encarregada: do planejamento, execução e coordenação das políticas municipais públicas de cultura, da elaboração, implantação e desenvolvimento dos planos municipais de cultura; (...), propiciar meios de acesso à cultura, mediante a manutenção dos bens, espaços e instituições culturais; incentivar a produção cultural, bem como os programas de valorização e profissionalização dos artistas do Município; (...).

O plano de Governo ora apresentado propõe para a área cultural de Valença desenvolver ações de acordo com o que segue:

- a) **eventos** – realizar um planejamento anual de eventos calendarizados, visando a oferta de oportunidades aos artistas locais e gerando mecanismos de diversão, cultura, trabalho e renda, ainda:
 - festas juninas – desenvolver programação de eventos no mês de junho, priorizando a festa dedicada a São Pedro, reduzindo a concorrência com outras cidades e os custos;
- b) **patrimônio histórico** – promover de maneira direta ou através de parcerias, a manutenção e/ou recuperação do Patrimônio Histórico Material Tombado, visando a incorporação destes à arquitetura histórica e acervo do município;
- c) **gestão e qualificação artística e cultural** – criar mecanismos que venham viabilizar o desenvolvimento cultural do município através da capacitação / qualificação de seus agentes;
- d) **financiamento de projetos culturais e artísticos** – disponibilizar recursos orçamentários e financeiros, além de parcerias direcionados para o fomento das diferentes linguagens artísticas e culturais;
- e) **mapeamento das manifestações culturais e artísticas e do patrimônio histórico** - realizar o mapeamento e registro das manifestações artísticas, culturais e do patrimônio histórico e:
 - fazer um diagnóstico das manifestações folclóricas do município;
 - efetivar um cadastro das variações arquitetônicas do casario colonial;
 - mapear e registrar o patrimônio histórico natural.

1.8 JUVENTUDE

Ações contempladas por esse Programa de Governo envolvem o planejamento e execução das políticas públicas municipais voltadas para a juventude, identificando fontes de financiamento em nível municipal, estadual, federal e internacional para implantação e

implementação de projetos e programas; sensibilizar e articular os agentes dos diversos setores (educação, saúde, esporte, trabalho, cultura, lazer, turismo, segurança, entre outros) para o estabelecimento de compromissos com as especificidades juvenis.

O planejamento do governo municipal seguirá um ordenamento seguindo o seguinte escopo:

- a) **juventude ativa** – disponibilizar modalidades esportivas direcionadas para os jovens, visando a ocupação do tempo livre e descoberta de novos talentos, servindo também como ferramenta de inclusão social e melhoria na qualidade de vida do público alvo;
- b) **formação profissional** - oferecer cursos de formação e ou qualificação dos jovens, buscando o desenvolvimento social e econômico e, como fator de geração do conhecimento, trabalho, renda, e inclusão social;
- c) **juventude empreendedora** - promover o empreendedorismo como mais uma opção de inserção e permanência dos jovens no processo econômico, além do desenvolvimento uma cultura de ética, transparência e sustentabilidade;
- d) **movimento e ações culturais** - construir e operacionalizar estações da juventude nos bairros como espaços para expressões culturais (teatro, música, cinema) e esportivas;
- e) **juventude esportiva** – promover os mecanismos capazes de desenvolver práticas esportivas em espaços públicos adaptados ou construídos, com a finalidade da ocupação do tempo livre dos jovens com atividades socioeducativas e de integração e como foco:
 - a construção e operacionalização de uma pista de skate e patins na Praça da Bandeira;
- f) **reabilitação de jovens usuários** – viabilizar a formação de uma rede de cooperação e apoio a ressocialização dos jovens usuários, através de entidades habilitadas profissionalmente para esse tratamento.

1.9 ESPORTE E LAZER

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMESPOL) é o órgão da estrutura de gestão municipal que de acordo com a Lei Municipal nº 2.475 de 09 de maio de 2017, tem as atribuições de (...) viabilizar (...) elaboração, execução e coordenação dos programas recreativos e desportivos; criar, manter, preservar, estimular e apoiar direta elou indiretamente competições desportivas em todas as modalidades, clubes e associações desportivos e de lazer (...).

Os municípios de acordo com este Programa de Governo serão contemplados conforme as seguintes diretrizes:

- a) **infraestrutura esportiva** – construir com a participação de parcerias públicas e ou Parceria Público Privada (PPP) uma estrutura qualificada, visando o atendimento da prática de multimodalidades esportivas e eventos, além de multishopping comercial:
 - elaborar e executar projetos de construção e/ou reforma de quadras poliesportivas e campos de futebol na sede e interior do município.
- b) **esporte continuado** – incentivar com projetos e técnicas, o desenvolvimento de práticas esportivas de futevôlei, karatê, futsal, skate, vôlei, ginástica olímpica, basquete e outras modalidades, criando mecanismos financeiros e de planejamento de apoio a estas atividades de integração do esporte;
- c) **desporto em foco** – desenvolver programas e projetos direcionados a variadas modalidades de esportes, com apoio técnico e financeiro, visando o fortalecimento do desporto no município, incluindo o campeonato municipal de futebol, campeonato intercollegial, torneios de basquete, vôlei e;
 - planejar adequadamente os recursos financeiros, técnicos e materiais direcionados ao preparo competente e profissional da seleção valenciana de futebol, visando o campeonato intermunicipal de futebol.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PRODUTIVO

O governo municipal de Valença a partir de janeiro de 2025 espera ter a sua gestão

e de seus municípios conduzida pelo prefeito eleito com a proposta de campanha “VALENÇA MERECE O MELHOR” e assim deverá seguir dentro deste viés e para isso se torna imprescindível que cada Secretaria elabore suas atividades de maneira que estas contemplem esses princípios.

Este Programa de Governo foi elaborado considerando as ações e o tempo de implementação das soluções para cada um dos problemas diagnosticados, considerando também a questão temporal de curto, médio e longo prazo. As prioridades foram segmentadas em curto prazo (primeiro ano de governo), médio prazo (segundo e terceiro anos) e longo prazo (quarto ano).

A escolha foi feita, levando em conta critérios como: valor político do problema, tempo de implementação da solução para a situação, controle ou governabilidade sobre atuação nas causas críticas desta. E ainda, a quantidade de ferramentas exigidas (recursos humanos e financeiros, poder político, conhecimentos e competências), cooperação de atores externos ao governo (aqueles que possuem algum recurso importante), custo de adiar a solução do problema (político, social, econômico) e exigência de inovação.

Assim, no viés do DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PRODUTIVO existem desafios cujas metas não serão ousadas no primeiro ou segundo ano de governo; no entanto, mostram uma coerência numa agenda de longo prazo com o cumprimento e alcance desses resultados. A abordagem foi pautada nos setores da Agricultura e Aquicultura, Economia e Inovação, Empreendedorismo e, Turismo Contemporâneo.

2.2 AGRICULTURA E AQUICULTURA

A economia do município no setor primário a sua formação com predominância de uma agricultura bem diversificada com base em cultivos perenes, semiperenes e temporários (menor escala) e em menor proporção a pecuária bovina corte (com maior participação) e leite.

A cacauicultura representa a maior parcela do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário com uma produção anual de 218.400@ segundo o IBGE (2022). A produção agropecuária tem nos produtores (as) familiares a sua maior participação.

Este Programa de Governo procurou atender as demandas do Setor Primário segmentando as intervenções distinguindo Agricultura e Aquicultura.

2.2.1 Agricultura

As demandas do setor agropecuário serão contempladas como se segue:

- a) **regularização fundiária e ambiental** – potencializar as ações que acelerem a medição para regularização fundiária das áreas rurais do município e:
 - a regularização Ambiental dos imóveis rurais com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) e Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);
- b) **assistência técnica e extensão rural** - promover o desenvolvimento da Agricultura, enfatizando o segmento Familiar, de forma diversificada, com foco em ganho de produtividade, qualidade, regularidade, a partir de sistemas sustentáveis de produção e gestão do empreendimento associado a:
 - apoio nas ações voltadas para a melhoria do nível educação dos produtores rurais, incluindo a educação ambiental e segurança alimentar;
- c) **modernização do processo produtivo** - desenvolver mecanismos que possibilitem a modernização das cadeias produtivas, visando a otimização na aplicação dos recursos monetários e tecnológicos e:
 - disponibilizar para os agricultores assistidos instrumentos direcionados a melhor utilização do solo e água para a obtenção de resultados técnicos;
- d) **agroindustrialização** - promover o fomento do segmento agropecuário em especial da Agricultura Familiar, através da produção agroindustrial qualificada com agregação de valor e desenvolvimento de novos produtos e ainda:

- viabilizar a implantação definitiva do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para o atendimento das exigências legais na liberação dos produtos processados de origem vegetal e animal;
- desenvolver ações voltadas para o ajuste da infraestrutura rural direcionada para a instalação de agroindústrias;
- e) **estratégias de mercados** - promover o desenvolvimento da Agricultura Familiar através de ações que corroborem para o posicionamento estratégico nos mercados e:
 - viabilizar a implantação do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF) nas agroindústrias familiares;
 - revitalização e / ou Realocação da Feira Livre Municipal, buscando melhor utilização do espaço físico e organização da atividade comercial;
- f) **infraestrutura de negócios** - viabilizar a instalação de uma infraestrutura de negócios ligados à agropecuária onde haja integração comercial de bens e serviços com:
 - implantação do Centro de Negócios Agropecuários (CNA) às margens da BR 101 nas proximidades do Entroncamento de Valença/BR 101, para que sejam viabilizados negócios de compra e venda de insumos, produtos pré-beneficiados, agroindustrializados e *in natura*, máquinas e equipamentos;
 - implantação de uma estrutura de *packing house* para atender a produção dos agricultores familiares, com pré beneficiamento dos produtos destinados principalmente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- g) **recursos humanos** – promover a reestruturação e ampliação do grupo de trabalho da Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento (SEMAGA) com as decisões de:
 - contratar técnicos com habilidades e competências para desenvolverem os programas estabelecidos pela gestão;
 - capacitar os profissionais envolvidos nas atividades da Secretaria, visando o fortalecimento da agropecuária municipal.
- h) **recursos operacionais e financeiros** – planejar adequadamente os recursos financeiros para o desenvolvimento das ações programadas para o atendimento das demandas do setor, com a liberação monetária de acordo com o programa orçamentário;
- i) **cooperativismo e associativismo** – promover mecanismos direcionados para o fomento do cooperativismo no setor produtivo agrícola e:
 - apoiar o fortalecimento do associativismo dos produtores familiares com programas e projetos que contemplem as demandas infra estruturais, operacionais e de geração de renda.

2.2.2 Aquicultura

O território municipal com uma extensa área, estando no continente rios, riachos, nascentes, o litoral com mais de 20km banhados pelo oceano Atlântico e um estuário com canais e manguezais. Este cenário se mostra potencialmente em condições de ser utilizado para a produção econômica de organismos da aquicultura.

A Unidade de Gestão Municipal encarregada de sistematizar as operações nesse Setor deve ter a atuação direcionada para:

- a) **ações estruturantes** - organizar suas atividades visando o planejamento, execução e coordenação das políticas municipais públicas de aquicultura e pesca; da elaboração, implantação e desenvolvimento do plano municipal de aquicultura;
- b) **programa de aquicultura** - aprimorar os estudos visando a identificação do potencial para diferentes tipos de cultivos (peixes, camarão, ostra, algas e outros) além de:
 - fortalecer o processo de construção e/ou manutenção de parcerias para apoio e desenvolvimento dos aquicultores familiares;
 - oferecer a assistência técnica para as comunidades produtoras em águas de interior e nos

- ambientes costeiros;
- c) **infraestrutura de produção em águas de interior** – realizar operações de construção e/ou recuperação de reservatórios destinados a criação de organismos aquáticos, buscando o alcance do aumento da produção e produtividade, e assim a ocupação e renda das comunidades envolvidas;
 - d) **infraestrutura operacional** - modernizar a infraestrutura de processamento do pescado preparado pelas Marisqueiras, buscando a aumento do rendimento, melhoria da qualidade e cumprimento da legislação vigente;
 - e) **capacitação produtiva** - desenvolver um programa de capacitação de marisqueiras, pescadores e aquicultores, através de cursos diversificados, visando acesso a novas tecnologias e agregação de valor aos produtos;
 - f) **pesca artesanal** - oferecer aos pescadores condições e ferramentas direcionadas para a modernização do processo de captura de pescados;
 - g) **desenvolvimento da carcinicultura** – realizar um diagnóstico da atividade de criação de camarões em cativeiro, no nível empresarial e artesanal, para o registro e acompanhamento efetivo da atividade.

2.3 ECONOMIA E INOVAÇÃO

Esta seção foi contemplada com inversões direcionadas de maneira específica para a economia e inovação.

2.3.1 Economia

A economia municipal além do setor primário apresenta uma representatividade do PIB no setor secundário constatando-se a Companhia Valença Industrial (CVI) como o principal contribuinte de tributos e empregador urbano (depois do serviço público). Este segmento econômico é dominado por empresas de pequeno porte e de características domésticas, representadas por indústrias, tecnicamente mais simples, com baixo coeficiente capital-produto, produzindo bens destinados ao atendimento das necessidades mais elementares da região.

O conjunto de empresas desse setor é formado por indústrias do segmento de produtos de bens de consumo não duráveis; unidades produtoras de bens de capital e consumo duráveis e estabelecimentos do grupo de bens intermediários.

Complementando esse setor secundário, vem se verificando, nos últimos anos, um crescimento considerável no segmento agroindustrial, viabilizando com isso, o melhor aproveitamento da oferta de matérias-primas e agregando valor aos produtos agropecuários.

Por último o setor terciário composto pelas atividades comerciais e de serviços, aparece disseminado em todo o território municipal, embora esteja concentrado na sede do município não represente um fenômeno destacado em cada um. Pelo contrário, nota-se uma concentração dessas atividades localizadas na sede do município. Este setor é o maior responsável pela dinâmica da economia do município sendo responsável pela concentração na geração de trabalho e renda da população economicamente ativa, absorvendo parte das pessoas originárias da migração campo – cidade e da modernização dos segmentos primários e secundários.

Convém ressaltar que Valença tornou-se um Polo de atração comercial, como centro de redistribuição de bens de consumo para todos os municípios circunvizinhos, em razão não só do processo de urbanização que nela vem se registrando, como também pela sua logística e, principalmente, pela sua integração econômica às economias regional e nacional.

O Programa de Governo ora apresentado, registra proposições voltadas para a otimização do potencial do desenvolvimento econômico do município, visando atender as demandas à partir do diagnóstico feito junto aos munícipes. As propostas exequíveis estão a seguir:

- a) **modernização do setor comercial** - promover a adequação do Comércio à uma nova

realidade Regional nas áreas de Gestão, Vitrinismo, Atendimento, Mix, etc., visando o acompanhamento do Desenvolvimento regional com competitividade e profissionalismo associado a:

- realização do ordenamento do Comércio Ambulante com alocação da atividade em local apropriado;
 - aprimoramento da segurança e conforto do Comércio Local, a partir da instalação de câmeras e Articulação da Defesa Civil e Polícia Militar;
 - implantação de estacionamentos tipo ZONA AZUL no Centro da cidade e áreas próximas.
- b) **modernização do setor industrial** – viabilizar o reordenamento do segmento industrial de pequenas indústrias com a construção do Centro Industrial de Valença (CIV) e para isso:
- desapropriação do espaço físico destinado à implantação do Centro;
 - firmar parcerias com outros níveis de poder e público privadas viabilizando a agilização do processo;
 - qualidade da energia elétrica (QEE) – requerer junto a Neoenergia/Coelba a melhoria efetiva do produto energia elétrica com a eliminação das interrupções constantes e a oferta da TENSÃO compatível com a demanda e necessidade do segmento social e empresarial;
- c) **políticas de qualidade** - viabilizar a criação de Selos de Qualidade para os Produtos das Agroindústrias e Produtos Alimentícios, associados a:
- implementação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM);
 - implantação o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF);
- d) **estruturação das cadeias produtivas artesanais** - fomentar a estruturação de arranjos Produtivos Locais como Corte e Costura, Artesanato, defumados de proteínas, Doces e Salgados, etc. e:
- fomento a criação e estruturação de cooperativas de produção e comercialização;
- e) **aprimoramento logístico** – desenvolver mecanismos de facilitação da mobilização de cargas no ambiente urbano, para isso:
- a implantação de um Porto Seco na periferia da cidade, destinado a implantação de Centros de Distribuição de produtos;
 - transbordo de cargas – implantar um porto destinado a carga e descarga de produtos, na área do Dendezeiro, associado a uma estrutura de transbordo de mercadorias e produtos granéis;
 - aeroporto de Valença - desenvolver ações efetivas, visando à operacionalização definitiva e constante do aeroporto de Valença, com a readequação da sua estrutura para logística de carga e descarga;
- f) **indústria frigorífica regional** - viabilizar a construção e operacionalização de um frigorífico / abatedouro para o atendimento da demanda de abate e processamento primário de suínos, bovinos, ovinos e caprinos, além do tratamento e aproveitamento dos resíduos gerados;
- g) **requalificação do Centro Comercial (Calçadão)** – realizar e executar um projeto de reforma da área central do comércio, visando dar melhorias na operacionalização das atividades econômicas do local, facilidade na circulação de pessoas e mudanças nos aspectos urbanísticos e visuais;
- h) **diagnóstico do segmento** - viabilizar um cadastramento de todas as indústrias existentes na sede e interior do município, independentemente do segmento ou porte, com o propósito de ter um acompanhamento sistemático da atividade e a estimativa do PIB gerado;

i) **readequação de espaço público** – implantar um projeto de readequação da área do “Feiraguai”, com a construção de uma estrutura com dois pavimentos, sendo o térreo destinado à comercialização de hortifrúti dos atuais ambulantes, artesanato, produtos “importados” e defumados e:

- o primeiro piso destinado à espaço *gourmet* com lanchonetes, restaurantes típicos etc.

j) **implantação de zona azul** - fazer a demolição do “mercado” de serviços atrás da praça das vans transformando a área em estacionamento zona azul.

2.3.2 Inovação

A contemporaneidade não permite que a humanidade permaneça desconhecendo a necessidade de promover mudanças nas atividades e procedimentos, senão ficam obsoletas e não competitivas. Assim a globalização e a transformação digital, as mudanças acontecem rapidamente e as pessoas e empresas precisam, evoluir continuamente para se manter atualizadas e capazes de competir em seus segmentos. Neste viés, pode ser uma reinvenção de algo que já existe, executado de forma diferente para obter um resultado melhor, ou explorar novas ideias de forma bem-sucedida, tendo como objetivo a geração de valor e de lucro.

Este Programa estabelece que a nova Gestão Municipal vai criar meios capazes de

- a) modernizar seus procedimentos administrativos com a implantação de programas de Tecnologia da Informação ajustados às demandas operacionais do município;
- b) capacitar os servidores para a operacionalização dos sistemas;
- c) informatizar todos os serviços públicos que ainda não estão sendo precisos e ágeis no atendimento aos munícipes;
- d) criar mecanismos que permitam a viabilização de parcerias com universidades e ou empresas capazes da implantação de um Centro de Tecnologia da Informação no município.

2.4 EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo que é a capacidade que uma pessoa tem de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para a sociedade, então empreender. Logo Empreender é também saber identificar oportunidades e transformá-las em um negócio lucrativo. Assim quando um empreendedor percebe uma necessidade dos consumidores, ele consegue criar uma maneira de resolver o problema, oferecendo um produto ou serviço que dê uma experiência de mais qualidade ao cliente (agrega valor).

O sistema econômico de Valença possui um mix de empresas de portes diversos na sua formação, sendo familiares, médio e pequeno porte, microempresas e microempreendedores individuais. Ainda aparece a economia subterrânea ou informal.

A economia informal no meio produtivo local, apresenta uma variedade de atividades informais sem qualquer controle público ou privado, desde os ambulantes de hortifrúti, mariscos, produtos de origens não definidas (importados) etc.

Esse programa de governo vai contemplar esse nicho econômico com ações que possam permitir a participação organizada dos envolvidos com:

- a) **diagnóstico do segmento** – realizar um cadastro formal das pessoas que estejam diretamente conduzindo essas atividades informais;
- b) **formalização do segmento** – viabilizar com incentivos, a regularização da atividade por meio de legislação municipal apropriada;
- c) **localização das atividades** – estabelecer um espaço apropriado para a instalação da atividade, sem concorrer diretamente com as empresas formais já constituídas e instaladas;
- d) **profissionalização do segmento** – oferecer mecanismos de capacitação das pessoas envolvidas, visando a criação de um ambiente competitivo.

2.5 TURISMO CONTEMPORÂNEO

O turismo contemporâneo é um dos fenômenos mais significativos do mundo de hoje e, ao mesmo tempo, um dos menos compreendidos. É reconhecido como um importante mecanismo para o desenvolvimento econômico em quase todo o mundo.

Este segmento econômico, como sendo o movimento de maior escala de produtos, serviços e pessoas que a humanidade alguma vez assistiu, é reconhecido como uma força econômica e social das sociedades contemporâneas.

Necessário compreender que o turismo (re)cria um produto a ser comercializado tendo como base uma manifestação já existente, divulga os elementos culturais e naturais do local para que a sua promoção seja adequada para atrair turistas.

O município de Valença tem o turismo a cada momento se constituindo no grande filão econômico. Isso em função das várias nuances dos recursos naturais existentes como praias, cachoeiras, serras, Mata Atlântica e o patrimônio histórico - cultural. Ressalta-se também a diversificada culinária regional (baseada principalmente em frutos do mar) e certas manifestações culturais e religiosas tradicionalmente comemoradas, o que garante um grande fluxo turístico fora das áreas litorâneas, que já são usualmente visitadas.

A costa do Atlântico que banha o município de Valença premiou os seus moradores em 20 km de praias com suas areias brancas, margeadas por coqueiros e resquícios de mata nativa. Neste paraíso encontra-se a Vila de São José, Distrito de Guaibim distante 17 km da sede e que tornou-se, ao longo dos anos, o grande referencial do turismo na região.

Embora haja um cenário natural estimulador, até os dias atuais o turismo sempre foi negligenciado pelo poder público municipal. Diante disso, este Programa de Governo traz um planejamento direcionado para o segmento turístico, visando torná-lo competitivo sustentável e consolidado. Para isso sequencialmente se propõe:

- a) **infraestrutura contemporânea** – promover a melhoria da qualidade receptiva nos atrativos turísticos, implementando ações inclusivas inerentes à infraestrutura associando a:
 - recuperação e manutenção da infraestrutura dos patrimônios histórico e cultural;
 - construção, recuperação e manutenção das estradas vicinais, rampas, portais, praças, mirantes e parapeitos;
 - construção de um Centro de Convenções no Distrito de Guaibim, através de parcerias públicas e/ou Parcerias Pública Privadas (PPP), visando ofertar uma infraestrutura contemporânea e adequada para o desenvolvimento do turismo de negócios e a oferta de um espaço destinado à realização de eventos;
 - requalificação da Vila de São José, no Distrito de Guaibim no que se refere às ruas, praças e jardins;
 - via de acesso às praias de Guaibim – implementar um projeto alternativo de acessos as praias do Distrito de Guaibim, para em datas de intenso do fluxo turístico, apoiar a circulação de pessoas e veículos, complementando o tráfego existente através da BA 887 que alcança até a praia de Taquari;
- b) **turismo gastronômico** – realizar a elaboração e implantação de projetos culinários com a finalidade de fomento da cadeia produtiva do segmento, além da valorização e promoção dos pratos típicos da terra e do turismo, seja ele interno ou externo e:
 - promoção de cursos, palestras, oficinas e *workshops* na área gastronômica, incluindo segurança alimentar;
 - criação de um circuito gastronômico: rural e urbano;
- c) **turismo de sol e praia** - fortalecer o segmento, capacitando e qualificando o *trade* turístico, aprimorando a cadeia produtiva no município, de forma responsável, respeitando e com sustentabilidade, segura e inclusiva e:
 - obtenção da Gestão de Praias junto a Superintendência do Patrimônio da União (SPU);

- promoção de cursos de capacitação/qualificação para empreendedores e outras pessoas ligadas ao *Trade* Turístico;
- reordenamento da estrutura física de atendimento turístico, com a padronização dos equipamentos e reurbanização das vias da Vila;
- d) **políticas públicas** - fortalecer os nichos de mercado do setor turísticos, ampliando a capacidade de geração de empregos formais no setor e o fluxo de turistas:
 - instrumentalização de um plano de desenvolvimento do turismo com a finalidade de conservar os atrativos naturais, étnicos, materiais, imateriais, culturais, históricos existentes;
 - implementação de postos de atendimento ao turista em terminais: Marítimos, Rodoviários e Aeroportuário, bem como do Centro de Atendimento ao Turista (CAT);
 - reativação plena, modernização e operacionalização do aeroporto com o estabelecimento de vôs comerciais regulares para diversos destinos como operador logístico de cargas e
- e) **desenvolvimento do ecoturismo e turismo rural** – promover o estudo, mapeamento e diagnóstico dos recursos naturais, visando a identificação de suas potencialidades ecoturísticas e/ou oportunidades de melhoria estruturais nos atrativos em potencial e:
 - implementação da educação socioambiental, sensibilizando a população através de ações participativas, fóruns, palestras, oficinas, práticas ecologicamente responsáveis, além de projetos economicamente viáveis como alternativas promissoras de fonte de renda
- f) **mobilidade logística** - viabilizar a reativação, modernização e diversificação das atividades do aeroporto local com variedade de rotas de voos comerciais de passageiros e cargas, implementando possibilidades de negócios, eventos e conveniências e ainda:
 - desenvolvimento de ações estratégicas de promoção turística localizada, transformando o ambiente do terminal em um Centro de Negócios e de Eventos, com serviços de caixas eletrônicas, lojas diversificadas, Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e área *gourmet*.

3 GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA E GOVERNANÇA MUNICIPAL

A gestão pública lida com decisões que dizem respeito à vida de todos, que são tomadas em nome do interesse público e empregam, para isso, recursos públicos. Os problemas públicos podem ser dóceis e perversos em função do grau de dificuldade que possuem, da ambiguidade que apresentam e da complexidade de solução.

E ainda, a gestão pública deve ser entendida como o esforço mobilizador de recursos humanos, orçamentários, materiais, patrimoniais, tecnológicos, informacionais, culturais e sociais, para viabilizar as políticas de interesse da sociedade, definidas na ação pública, materializa-se por meio do aparato administrativo estatal.

Este Programa de Governo trata da gestão pública, considerando-a o viés da gestão contemporânea, transparente e participativa, desenvolvimento de recursos humanos e, modernização tecnológica.

3.1 GESTÃO CONTEMPORÂNEA, TRANSPARENTE E PARTICIPATIVA

A abordagem contemporânea da gestão pública propõe a evolução do processo de administração, a partir da incorporação de práticas flexíveis e descentralizadoras, o modelo também promove a modernização do serviço público. A visão de gestão direcionada a processos é substituída pela orientação para resultados, mudando a forma com que o servidor público busca evoluções no âmbito governamental.

A contemporaneidade na gestão pública se torna indispensável para que possa enfrentar os desafios, em função de fatores como: aumento da desigualdade, depredação ambiental, precarização do trabalho, aumento do desemprego, insegurança alimentar, criminalidade, destruição ambiental, entre outros. Dada a complexidade dos problemas, o Município deve assegurar as condições administrativas e o ambiente político para encaminhamento das soluções e, ao mesmo tempo, garantir a participação do cidadão na gestão.

O modelo contemporâneo também proporciona um ambiente fértil para avanços

tecnológicos, bem como a incorporação de novas formas de gestão conforme o poder local vai amadurecendo. Este que deve ser transparente e participativo, vai além da busca pela eficiência na aplicação de recursos públicos. Também diz respeito, à forma que o governo se relaciona com a população, estabelecendo princípios para redefinir o papel do poder público. Assim este Programa vai adotar os seguinte princípios:

- a) **reforma administrativa** – realizar uma reordenação da estrutura de gestão, visando a otimização dos resultados e o atendimento eficaz aos munícipes;
- b) **orientação para o resultado** – conduzir a administração estabelecendo estratégias e indicadores para o acompanhamento dos resultados das ações implementadas;
- c) **foco no cidadão** – planejar as intervenções direcionadas e priorizando as necessidades da população, bem como práticas que aproximem o poder público da sociedade;
- d) **mecanismos de controle** – viabilizar o aprimoramento e emprego dos mecanismos de controle da aplicação dos recursos públicos, com a participação da sociedade civil organizada;
- e) **Conselhos Municipais** – apoiar sistematicamente o funcionamento dos Conselhos Municipais para que possam exercer plenamente suas atividades;
- f) **envolvimento dos Conselhos constituídos** – criar meios para a socialização das informações da gestão junto aos Conselhos Municipais, legalmente constituídos e representados;
- g) **políticas públicas** – elaborar e implantar políticas públicas direcionadas à diminuição da desigualdade social, como investimento em educação e qualificação profissional da população, ações afirmativas para inclusão de minorias no mercado de trabalho;
- h) **o modelo participativo** – promover um ambiente de gestão em que predomine a liderança, a disciplina e a autonomia, com as pessoas se tornando responsáveis por seu próprio comportamento e desempenho;
- i) **gestão participativa** – adotar a prática da elaboração do planejamento estratégico municipal e orçamentário em parceria com as entidades da sociedade civil organizada;
- j) **readministração** – desenvolver as ações de atendimento as demandas dos munícipes, buscado tornar os serviços eficientes, eficazes e efetivos, como também os indivíduos executores, satisfeitos, atualizados e recompensados com e pelo que fazem;
- k) **atendimento especializado à mulher** – criar e estruturar um novo órgão de gestão, denominado **Secretaria Municipal de Políticas das Mulheres (SEMPOM)**, direcionado ao atendimento as demandas das mulheres, com apoio e aplicação das políticas existentes e formulação de novas políticas municipais para este segmento da população.

3.2 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A excelência na gestão pública depende, entre outros fatores, de identificação da agenda de decisões-chave, capacidade de articulação, desenvolvimento de atitude para lidar com a complexidade, formação de redes, inovação e flexibilidade na condução dos processos.

Nesse sentido, faz-se necessário garantir padrões de qualidade na prestação de serviços ao cidadão. Para isso, a atenção especial deve ser direcionada na formação do quadro de servidores públicos responsáveis pelo atendimento aos munícipes.

Este Programa, estabelece que o atendimento a sociedade deve empregar instrumentos de ação pública, capazes de satisfazer as demandas do cidadão como usuário ou beneficiário de serviços e programas públicos, com justiça, equidade, igualdade e eficiência na alocação de recursos. Assim os serviços deverão ser executados por servidores satisfeitos, comprometidos e qualificados, dentro dos padrões da administração contemporânea considerando o seguinte:

- a) **quadro efetivo de pessoal** – desenvolver mecanismos de formação do quadro de servidores com estabilidade e comprometidos com a atendimento pleno às demandas da

- sociedade;
- b) **valorização do servidor** - implementação de planos de carreira para valorizar a trajetória profissional dos servidores públicos, além de capacitações para a sua evolução;
 - c) **gestão de mudanças** – promover a quebra da cultura organizacional que envolve os servidores, visando a diminuição do impacto negativo na rotina de trabalho, com a finalidade de engajá-los em prol de um objetivo em comum e criar um ambiente mais colaborativo, tornando-os parte fundamental do processo;
 - d) **profissionalização do serviço público** – elaborar e executar um Programa de qualificação dos servidores, através de cursos de qualificação, específicos por área de atuação, com o propósito de incentivo ao servidor, visando o seu crescimento e aprimoramento das suas habilidades, para aplicá-las no serviço público, tornando-o eficaz.

3.3 MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

O modelo contemporâneo também proporciona um ambiente fértil para avanços tecnológicos, bem como a incorporação de novas formas de gestão conforme esta vai amadurecendo, com o crescimento de tecnologias para os serviços públicos disponibilizados.

O projeto de modernização tecnológica representa a aplicação de racionalização planejado em todas as suas etapas, que deve estar consistente com o Planejamento Estratégico, tendo a finalidade de tornar as atividades desenvolvidas mais eficientes, eficazes e capazes, privilegiando práticas que mantenham os setores os mais enxutos possíveis.

A modernização dos procedimentos estabelecidas nesse Programa está pautada no seguinte:

- a) **modernização da gestão** – implementar a adoção de tecnologias e ferramentas para otimizar os processos e serviços;
- b) **investimentos em recursos tecnológicos** – programar a aplicação de recursos monetários na modernização tecnológica dos serviços e processos, tendo em vista que esta, se configura como elemento a ser incluído na rotina do servidor e traça um caminho para aproximar-se do conceito de cidades inteligentes;
- c) **evolução da qualidade da prestação de serviços** - a personalização do atendimento proporciona uma experiência mais ágil e eficiente;
- d) **promoção da sustentabilidade** – aplicar novas tecnologias visando a redução significativa do impacto para o meio-ambiente, uma vez que emprega menos papel e outros materiais para a elaboração e emissão de documentos;
- e) **aumento da eficiência** – promover a automatização das tarefas, resulta na otimização de processo, redução de custos e utilização de recursos humanos;
- f) **melhoria da qualidade de vida da população** – ofertar os serviços mais rápidos, resulta em solicitações atendidas com velocidade, diminuindo a espera e solucionando questões públicas com agilidade.

3.4 GOVERNANÇA MUNICIPAL

A governança pública foi estabelecida através do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 (Anexo IV), (...) Art. 2º Para os efeitos do disposto neste Decreto considera-se: I – governança pública – conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

No nível municipal, em função das necessidades e exigências da população por uma administração eficaz, o gestor precisa de instrumentos, mecanismos e ferramentas que propiciem de forma articulada o planejamento, o monitoramento, o controle e a tomada de decisões. Neste aspecto, a Governança está inserida em todo esse processo de gestão e de governar o Município.

A Nova Gestão será pautada na transparência dos atos visando a redução da possibilidade de fraudes, desvios e corrupção, e aumento da possibilidade de entrega de bons serviços como infraestrutura, saúde e educação de qualidade etc. Assim, o município deve fortalecer ainda mais os mecanismos de Governança pública como forma de reduzir o distanciamento entre a prefeitura e os munícipes, garantindo uma imagem institucional positiva ao chefe do executivo e um legado vencedor à posteridade.

A Governança Municipal será implementada em Valença seguindo o padrão contemporâneo de administração pública focada em:

- a) **modernização administrativa** - atuar visando à inovação, à criatividade, à modernização e à utilização de tecnologias;
- b) **aplicação eficaz dos recursos** - buscar a redução de custos, qualidade nos investimentos e melhora do gasto de recursos públicos;
- c) **contemporaneidade de gestão** – administrar por meio de planejamento estratégico, de modo que a gestão esteja voltada aos resultados, incentivos à produtividade, gestão de riscos e a relação com a sociedade, colaboradores, parceiros, fornecedores, investidores etc.;
- d) **gestão financeira** – realizar o incremento de receita e redução de despesas, através da gestão da dívida ativa, prêmios de publicidade na gestão fiscal, regularização fundiária urbana e investimentos sociais;
- e) **mudança operacional** – planejar o redesenho de processos para a adoção de rotinas decisórias padronizadas para demandas semelhantes (simplificação de outros processos);
- f) **comitê de governança** – instituir a criação do Comitê Municipal de Governança, constituído pelo poder público e entidades da sociedade civil organizada, com o propósito de acompanhamento das ações da administração.

4 DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO E SUSTENTÁVEL

A administração pública na atualidade depara-se com grandes desafios e dentre eles têm-se: a gestão de sua estrutura, a busca pelas melhores informações em tempo ágil e a utilização dessas informações de forma efetiva e de acordo com a estratégia do gestor público, alinhando-as, por fim, aos anseios dos cidadãos e a processos controlados e efetivos.

O desenvolvimento contemporâneo deve estar pautado na sustentabilidade, buscando sempre mostrar um equilíbrio ambiental com maior incentivo para que as cidades controlem seu próprio consumo de recursos naturais, principalmente aqueles não renováveis, de modo que não venha a depauperar ou degradar as sobras para as próximas gerações. Esse tipo de atuação exige diálogo com a população e diálogo com a administração da cidade, de modo que se conscientizem e aceitem as implicações do desenvolvimento sustentável, da proteção ambiental e da inclusão socioeconômica, como uma resposta da população da cidade à sustentabilidade e, em última instância, à comunidade.

A proposta desse Programa de Governo para Valença no quadriênio 2025 – 2028, tem esse eixo temático conduzido, com abordagens atendendo a infraestrutura cidadã, mobilidade e acessibilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e habitação.

4.1 INFRAESTRUTURA CIDADÃ

A infraestrutura pode ser considerada como um conjunto de elementos que estimula o desenvolvimento socioeconômico de um país, região e um município. Assim quando adequadamente cuidada pode oferecer melhores condições para a vida para a sociedade, gera emprego e renda.

Diante disso, esse Programa apresenta no viés da infraestrutura o objetivo de planejar e coordenar as políticas de gestão da administração pública, visando o fortalecimento da capacidade do município de Valença a para promoção do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento da produção de resultados satisfatórios ao cidadão.

Assim buscar-se-á a realização de:

- a) **centro administrativo de Valença (CAV)** - elaborar o projeto de descentralização administrativa do executivo municipal, com a construção de um novo Centro Administrativo, visando a concentração dos serviços administrativo e facilidade para os municípios;
- b) **saneamento básico** – viabilizar a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para que possa reduzir sistematicamente o caos existente no município, associado a:
 - esgotamento sanitário – desenvolver um sistema de esgotamento sanitário, para tratamento e correta destinação dos materiais da rede coletora de esgoto;
 - estações de tratamento de esgotos – construir estruturas de tratamento de esgotos na sede e distritos do município;
 - oferta de água potável – reestruturar sistema de coleta, tratamento, reservação e distribuição de água de maneira satisfatória, para a sede, distritos e concentrações urbanas no interior do município;
 - despoluição de rio – elaborar e executar um projeto de dragagem e despoluição do Rio Una, por meio de recursos próprios ou parcerias, melhorando sistematicamente a balneabilidade deste histórico curso d’água;
 - resíduos sólidos – realizar a destinação final dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) seguindo as normas vigentes com a implantação de aterro sanitário, eliminando definitivamente a presença do lixo;
 - drenagem de águas pluviais - implantar de forma gradual, a rede de drenagem pluvial nas vias urbanas não atendidas;
- c) **informatização de sistemas** - promover a implantação de um sistema operacional que possa integrar as informações do setor de fiscalização ao sistema da Receita Municipal, visando a agilização no atendimento do cidadão e:
 - aplicativo para procedimentos e informações - implantar um aplicativo/plataforma virtual, voltada para as diretrizes padronizadas de construção civil, com o propósito de organização e agilização dos procedimentos de fiscalização, liberação de alvarás e acolhimento de denúncias;

4.2 MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

A mobilidade como um fator de extrema importância para a sociedade e o desenvolvimento econômico e social do município, será tratada neste Programa com o direcionamento para servir a sociedade, gerando desenvolvimento e qualidade de vida para as pessoas.

O enfoque será dado no sentido de apresentar soluções para os problemas de mobilidade em todo o contexto urbano e rural, pois é essencial para um desenvolvimento inclusivo para todos os municípios.

Por outro lado, a acessibilidade será tratada com as concepções de que todos os espaços e formatos de produtos e serviços permitam que as pessoas, independentemente de suas limitações físicas, intelectuais ou sensoriais, possam ser suas usuárias legítimas e dignas.

Aliado a isso, que possa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

4.2.1 Mobilidade

O propósito quanto à mobilidade é viabilizar os deslocamentos essenciais para o exercício dos direitos básicos dos cidadãos, servindo a sociedade, gerando desenvolvimento e qualidade de vida para as pessoas. Para isso tem-se:

- a) **iluminação pública** - mudar gradualmente a rede de distribuição aérea por uma rede

subterrânea no centro comercial, aumentando a eficiência do sistema e reduzindo a poluição visual e:

- mudanças nos materiais – substituir progressivamente as lâmpadas da rede de iluminação pública por lâmpadas tipo LED, tornando o sistema mais econômico e eficaz;
- b) **pavimentação urbana** – realizar pavimentação nos logradouros não atendidos, na sede do município e distritos, buscando dar melhorias nas condições de mobilidade da população e qualidade de vida e:
- manutenção dos logradouros – estabelecer um programa de manutenção e recuperação da malha viária urbana, para que a população possa ter uma mobilidade plena.
- c) **infraestrutura logística rural** – fazer intervenções pontuais na infraestrutura de mobilidade da zona rural, com a intenção de permitir maior agilidade dos moradores no alcance dos produtos e serviços fora do domicílio, para isso tem-se:
- acessos na zona rural - viabilizar a construção ou recuperação de pontes, localizadas nas estradas vicinais;
 - substituição de pontes – realizar a construção de pontes em concreto armado, em substituição as construídas de madeiras;
 - passagens molhadas – realizar obras nos riachos e ou córregos que possuem passagem molhada, construindo estruturas definitivas que permitam o tráfego em qualquer época do ano;
 - estradas do município – elaborar e executar um plano de manutenção das estradas, viabilizando melhores condições de tráfego nas estradas principais e vicinais, visando o atendimento dos munícipes e dos que necessitarem da malha viária;
 - cobertura asfáltica de vias – desenvolver um programa progressivo de pavimentação com asfalto, nas principais vias da Zona Rural do Município;
 - frota de máquinas e equipamentos pesados – reestruturar a patrulha motomecanizada existente, requalificando e ampliando-a visando a sua utilização na abertura de novos acessos, melhoria das estradas vicinais e construção de pequenas barragens, para o desenvolvimento da piscicultura de “água doce”;
 - circulação de produtos e/ou serviços – permitir que os produtores de bens e serviços do interior do município, possam disponibilizar sua produção para o mercado consumidor interno e/ou externo, a partir de uma malha viária adequada;
- d) **sistema de trânsito urbano** - promover a política de mobilidade, organizando o sistema de transportes, visando o acesso amplo e democrático da população ao espaço urbano; com o ordenamento direcionado para:
- semi anel rodoviário – viabilizar por meio de parcerias a construção de uma via rodoviária de ligação entre a BA 001 Sul e a BA 001 “Norte” contornando a área urbana da cidade, visando facilitar o fluxo de tráfego do sistema viário atual;
 - acesso da Avenida Marita Almeida para o Pitanga – implantar uma via de acesso ligando a atual feira livre ao Pitanga entrada da cidade pela BA 542, isso por meio de um túnel ou viaduto sobre a Ladeira do Amparo;
 - transporte de cargas fluviomarinho – reestruturar o sistema de cargas de bens e materiais, por meio de embarcações, reduzindo a circulação de veículos pesados nas ruas da cidade;
 - ordenamento do trânsito - realizar ações voltadas para a recuperação e/ou implantação de sinalização horizontal e vertical e, semaforizadas nas vias urbanas, visando uma maior fluidez do trânsito e segurança dos pedestres.

4.2.2 Acessibilidade

Nesse Programa de Governo a acessibilidade será focada visando proporcionar à

maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente público ou privado, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos, dos dispositivos de sistemas e meios de comunicação e informação.

O planejamento no viés da acessibilidade estabeleceu o seguinte:

- a) **acessibilidade urbana** - executar projetos voltados para o atendimento da população quanto a acessibilidade implantando:
 - estruturas de acessibilidade - construir rampas, piso tátil de alerta e direcional, placas em braile e faixas de sinalização;
 - cumprimento de legislação – desenvolver ações no segmento público e privado, visando a adequação progressiva e gradual dos espaços públicos e privados a NBR 9050:2004 – Norma Brasileira de Acessibilidade;
- b) **contexto da pessoa com deficiência (PcD)** – promover meios capazes de transformar o ambiente físico e digital para a autonomia e liberdade de qualquer pessoa com deficiência e ainda:
 - igualdade no atendimento - assegurar condições de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, possibilitando usufruir de seus direitos com dignidade e em igualdade de oportunidade com os demais, oferecendo-lhes condições de inclusão em todos os espaços e possibilidade de uso dos equipamentos e bens disponíveis ao público em geral.

4.3 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

O planejamento consiste em identificação, análises estruturação, coordenação de missão, propósitos, objetivos, desafios, metas, estratégias, políticas internas e externas, programas, projetos e atividades, a fim de alcançar de modo mais eficiente, eficaz, efetivo o máximo do desenvolvimento possível, com a melhor concentração de esforços e recursos.

Considerando a concepção da Nova Gestão Pública, onde os objetivos são delineados na busca de resultados e a meritocracia, se torna imprescindível que os órgãos públicos desenvolvam suas ações à partir de planejamentos bem elaborados refletindo as reais necessidades da sociedade e o atendimento das demandas desta.

Por outro lado, o desenvolvimento urbano é o ato de planejar o crescimento das cidades de forma a garantir o acesso seguro, justo e digno da população aos serviços urbanos, como mobilidade, infraestrutura, saúde, educação, qualidade ambiental, entre outros.

4.3.1 Planejamento

O planejamento é muito importante na área de gestão e administração, pois envolve a preparação, a organização e estruturação de objetivos e, auxilia nas tomadas de decisões e execução de tarefas.

O planejamento municipal nesse Programa de Governo foi elaborado a partir de um diagnóstico da atual situação e com isso propor intervenções que possam promover uma reorganização e ajustes no *status quo*, visando a maximização dos resultados, no que se refere ao desenvolvimento sócio econômico e ambiental de Valença, e por consequência o atendimento pleno às demandas dos municípios.

O planejamento de Valença está assim proposto:

- a) **plano diretor urbano** – realizar a revisão e atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) que está há dez anos desatualizado e portanto o município não dispõe de base para desenvolvimento sócio econômico e ambiental, este deve atender:
 - valorização de áreas – determina o estabelecimento de áreas que valorizem o município, não admitindo improvisos ou medidas pontuais, trazendo um conjunto de estudos, estratégias, diretrizes e metas a serem implementadas continuamente nos próximos anos, não deixando de observar o caráter dinâmico presente;

- política territorial – apresenta os princípios, objetivos e diretrizes para o ordenamento territorial e do uso e ocupação do solo;
 - ambiência econômica e social – estabelece a distribuição espacial das atividades econômicas por tipo, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e da população por faixa de renda;
- b) **aspectos urbanísticos** – planejar as intervenções necessárias para o ordenamento, regulação, controle das relações entre o espaço e a sociedade que nele vive, focando no funcionamento da cidade e vários fatores que contribuem para a sua organização como a mobilidade urbana, infraestrutura, arquitetura, entre outros. As ações serão concentradas visando:
- requalificação paisagística – elaborar um plano de implantação / recuperação dos logradouros públicos com projetos estruturantes de arborização e paisagismo, buscando a harmonização / humanização das áreas de uso comum;
 - identificação de logradouros na sede – executar um projeto direcionado a nomeação definitiva de logradouros, com numeração oficial, visando facilitar a localização destes e os endereços;
 - identificação de logradouros das povoações – realizar um projeto de nomeação definitiva de logradouros com nomeação oficial, com o propósito de facilitar a localização destes e os endereços;
 - códigos de endereçamento – promover junto a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ações que permitam a criação do Código de Endereçamento Postal, direcionados para a identificação da sede do Distrito de Serra Grande, Vila de São José (Guaibim) e Cajaíba / Maricoabo;
 - vias urbanas e o tráfego – realizar projetos de requalificação de logradouros com alargamento de espaços de circulação de veículos e pessoas, abertura de novas vias e ciclovias e, reordenamento do trânsito de pessoas e veículos;
- c) **intervenções distritais** – promover ações que possam reestruturar as sedes dos Distritos e reorganizar a infraestrutura física e urbanísticas destes, para a otimização das operações será oportuno a instalação de sub prefeituras em Distritos;
- d) **Distrito de Guaibim** – realizar um planejamento especial, voltado para o desenvolvimento integrado do Distrito de Guaibim, em especial da Vila de São José com sua identificação para o turismo, com inversões direcionadas principalmente para:
- área territorial urbana – fazer o cumprimento da legislação vigente quanto a ampliação da área urbana do Distrito, com os limites ampliados da Vila de São José e a sua liberação para a urbanização;
 - reestruturação urbanística – realizar a requalificação das vias e praças com drenagem, pavimentação, arborização e paisagismo, iluminação adequada e humanização dos espaços destinados a população;
 - requalificação da orla marítima - promover a reforma a orla marítima de Guaibim, eliminando o aspecto de favelização na entrada da praia, com a localização adequada e padronização dos equipamentos destinados ao atendimento turístico;
 - saneamento básico – realizar um programa de saneamento direcionado para a ampliação da oferta de água tratada e ainda, coleta e tratamento de esgotos e, coleta e destinação adequada do lixo doméstico;
 - portais de identidade – construir portais de identificação nas entradas/saídas da Vila de São José, como marcos referenciais;
 - segmento gastronômico – viabilizar a implantação de um Centro Gastronômico Cultural com praça de alimentação e controle sanitário, para além de oferta da culinária regional, comercializar também artesanato e outros produtos regionais.

4.3.2 Desenvolvimento Urbano

Estruturalmente a cidade e o campo são elementos sócio espaciais opostos e complementares, constituem a centralidade e a periferia do poder na organização social. As cidades garantem a diversidade e a escala da vida social, bem como a competição e a cooperação, características da vida humana contemporânea. O campo por sua vez, tão diverso quanto a cidade, também, diversidades dentro da sua homogeneidade extensiva e de suas escalas de produção, quando tomado de forma abrangente.

A cidade é um espaço de luta pelos direitos sociais. A questão urbana é uma das principais áreas de conflitos políticos e sociais pelos direitos de cidadania. Isto é, a luta pelo direito à moradia, à saúde, ao transporte, aos salários dignos e à melhoria das condições de vida social. Assim, o espaço urbano tem se transformado no local privilegiado da afirmação da luta pelos direitos de cidadania.

O desenvolvimento urbano corresponde ao processo contínuo de planejamento e transformação das cidades para melhor atender às necessidades de seus residentes. Envolve a criação, gestão e renovação de áreas urbanas, incluindo infraestruturas, edifícios, serviços públicos, transportes, habitação, áreas verdes e espaços públicos.

Nesse Programa, a gestão do desenvolvimento urbano será abordada com a seguinte sequência:

- a) **crecimento urbano** – fazer a administração das áreas urbanas de forma que promovam o desenvolvimento econômico, o bem estar social e a sustentabilidade ambiental;
- b) **revitalização de áreas** – realizar programas e projetos direcionados a renovação de áreas urbanas antigas e/ou equipamentos, com o objetivo de torná-los mais atraentes para os investidores, os moradores e as empresas;
- c) **sistemas de locomoção** – criar mecanismos que facilitem o acesso da população ao transporte público, à circulação de pedestres e melhorias da infraestrutura viária;
- d) **inclusão social** – reestruturar urbanisticamente as áreas urbanas, visando melhorias na acessibilidade aos serviços públicos e criando espaços públicos que promovam a interação social.

4.4 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Representa um conjunto de políticas, programas e iniciativas, tanto governamentais quanto privados, que visam oportunizar residências com valores acessíveis e adequadas para a população de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade.

O município de Valença apresenta um considerável déficit habitacional, tanto na área urbana, quanto no meio rural. Visando promover correções nestes índices, esse Programa de Governo propõe intervir com:

- a) **plano municipal** – reescrever, atualizando e implantando o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) para que possa através de políticas públicas, reduzir o déficit habitacional dos habitantes enquadrados nesta condição;
- b) **público alvo** – programar o atendimento a parcela da população urbana e do meio rural que habitem em condições residenciais precárias;
- c) **políticas públicas** – desenvolver mecanismos de políticas públicas de inclusão habitacional que visem a promoção da igualdade, contribuindo muito para melhorar a qualidade de vida.
- d) **acesso aos serviços públicos** – planejar a localização de unidades habitacionais de forma que as famílias se integrem plenamente ao novo ambiente incluindo acesso à educação, saúde, transporte público; infraestrutura básica, comunicação e saneamento básico;
- e) **incentivos fiscais** – criar um programa de incentivos fiscais, para a o setor habitacional da iniciativa privada que se disponha participar da construção de moradias de interesse social.

5 MEIO AMBIENTE E CIDADANIA

O meio ambiente é um componente essencial à vida na terra, influenciando direta ou indiretamente à saúde humana, bem-estar e até mesmo a sobrevivência. A sua degradação pode levar a desastres naturais, afetando comunidades inteiras. Cuidar do meio ambiente é uma questão de cuidar de nossa própria saúde e da saúde das gerações futuras.

A proteção do meio ambiente é essencial para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e garantir um futuro sustentável.

Por sua vez a cidadania corresponde ao envolvimento positivo das pessoas na vida em sociedade, tendo uma participação ativa no que diz respeito aos problemas da comunidade. Sendo expressa como um conjunto de direitos, que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo.

O meio ambiente necessita da potencialização da cidadania para que a sociedade num processo contínuo, possa construir coletivamente uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

Esse Programa de Governo estabelece que o meio ambiente deve ter um olhar especial considerando:

- a) **políticas públicas** – desenvolver políticas públicas direcionadas para o planejamento, coordenação e execução de ações que permitam a conservação e ou recuperação ambiental, tais como:
 - áreas degradadas - realizar um diagnóstico e localização das áreas degradadas, visando a implementação de ações para recuperação e/ou preservação ambiental, com recomposição da vegetação, especialmente nas margens de nascentes de água, matas ciliares e nos topos das elevações;
 - qualidade da água – elaborar o Plano de Monitoramento das Águas, para o acompanhamento dos níveis de qualidade da água do Rio Una e das praias;
 - coleta seletiva – implementar ações das Políticas Públicas voltadas para programas de coleta seletiva;
- b) **resíduos sólidos** – elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para implementação de ações como:
 - Plano Municipal de Reciclagem de Resíduos Sólidos – realizar ações que possa implementar o reaproveitamento econômico de resíduos sólidos;
 - compostagem – viabilizar a implantação de uma Unidade de Compostagem Municipal para a destinação útil dos resíduos domésticos orgânicos produzidos;
- c) **licenciamento ambiental** – viabilizar a implantação definitiva do licenciamento ambiental no nível municipal e não por órgãos de outras esferas de governos;
- d) **educação ambiental** – desenvolver programas e projetos direcionados para a educação ambiental, formal e não formal nas escolas e população de um modo geral;

HILTON COUCEIROS DE MATOS
Candidato a Prefeito pelo Partido Avante
“VALENÇA MERECE O MELHOR”